



Condições de Vida nos Municípios com Atividades de Mineração

“Além de sua reconhecida liderança na produção de alimentos, o Brasil também é uma potência mineral, posição que ganha ainda mais relevância diante da crescente demanda por insumos estratégicos para a transição energética. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender se a riqueza gerada pela atividade mineral, e os recursos transferidos aos municípios, estão de fato se traduzindo em melhorias na qualidade de vida da população desses territórios. Esta pesquisa oferece evidências para orientar políticas públicas e investimentos empresariais comprometidos com o desenvolvimento de territórios mais justos, sustentáveis e com valor compartilhado.”

Sergio Andrade, Diretor Executivo da Agenda Pública

Mineração e resiliência local

Com relevante atuação para o desenvolvimento de territórios com atividades de mineração, somada à experiência do Prêmio Municípios Mineradores, realizado em conjunto com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e o Ministério de Minas e Energia, a Agenda Pública apresenta agora a **pesquisa Mineração & Condições de Vida**. O trabalho é composto por três factsheets dedicados a analisar o desempenho integrado de municípios mineradores no Brasil a partir de múltiplas dimensões da qualidade de vida e da gestão pública. Esta iniciativa visa oferecer insumos para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para a atuação responsável de empresas e organizações que operam em territórios com presença de atividades de mineração.

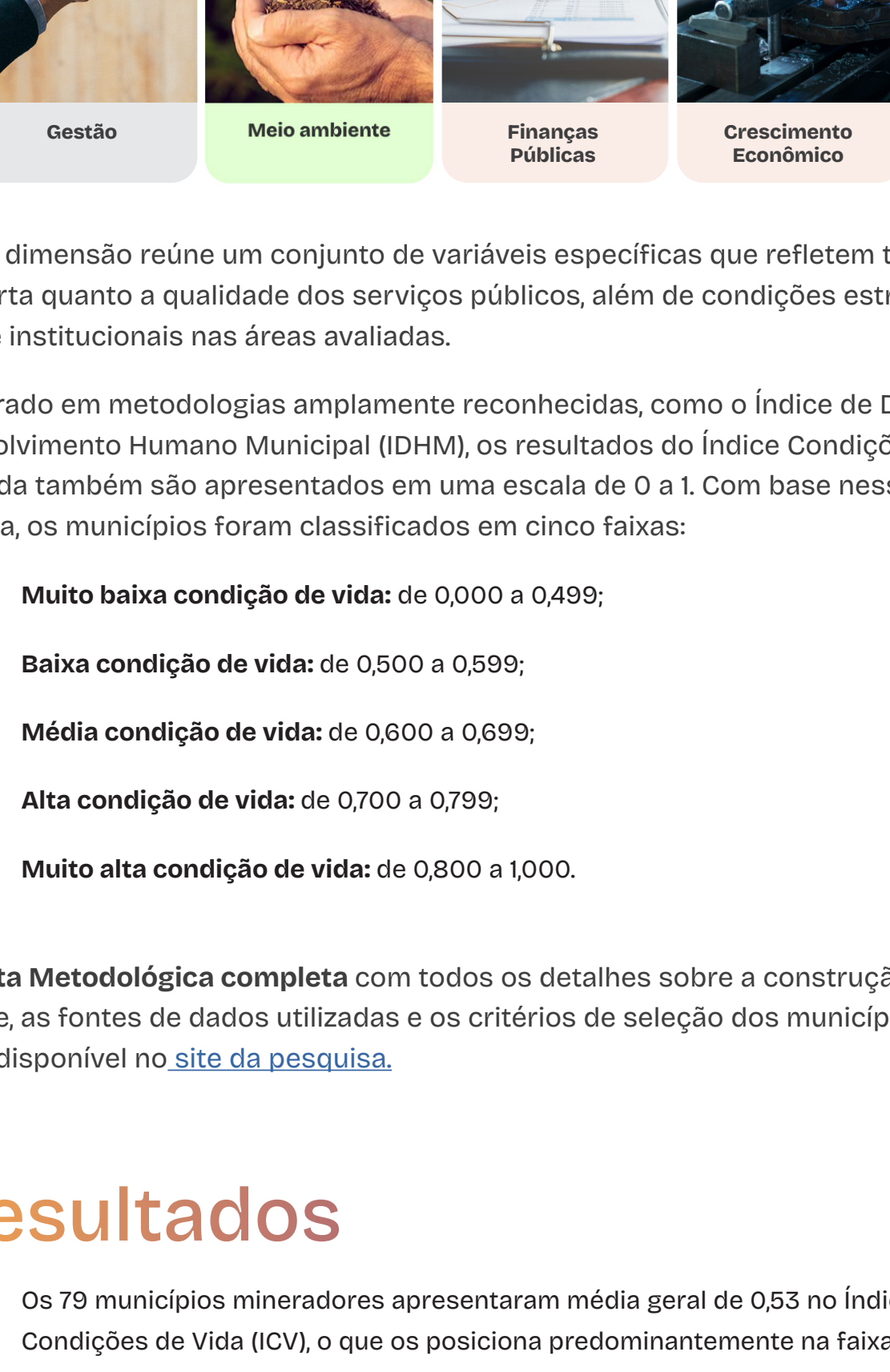
Neste factsheet, apresentamos o **Índice Condições de Vida (ICV)**, um índice sintético que combina oito dimensões: **Saúde, Educação, Proteção Social, Finanças Públicas, Infraestrutura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Gestão**. A pesquisa parte do entendimento de que as realidades existentes nos municípios, marcadas por impactos positivos e negativos das atividades de mineração, mas também pelo recebimento de receitas de royalties da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), criam dinâmicas que vão além da esfera econômica, influenciando profundamente sua organização, o bem-estar das populações e a capacidade do setor público de responder às demandas locais.

Foram definidos como municípios mineradores aqueles que apresentaram ao menos 5% de sua receita total proveniente da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) em algum ano entre 2018 e 2024. A escolha desse intervalo temporal se relaciona ao período de expressivo aumento da demanda por commodities minerais globalmente, o que ampliou a arrecadação da CFEM e, com isso, a participação da atividade mineral nas receitas municipais. A partir desse critério, foram selecionados 79 municípios, concentrados principalmente nos estados de Minas Gerais (35) e Pará (13), e nas regiões Sudeste (36) e Norte (19).

Além do índice geral, a pesquisa inclui outros dois factsheets temáticos, baseados em recortes específicos do ICV. O subíndice Capacidades Socioambientais combina as dimensões de Educação, Saúde, Proteção Social e Meio Ambiente, enquanto o subíndice Capacidades para o Desenvolvimento abrange as dimensões de Finanças Públicas, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Gestão. Esses recortes temáticos permitem análises mais detalhadas e orientadas para campos específicos de ação pública e responsabilidade social.

Com isso, a pesquisa busca fundamentar o debate sobre os caminhos possíveis para um desenvolvimento territorial mais equitativo, resiliente e sustentável em contextos de forte dependência socioeconômica da atividade mineral, fortalecendo capacidades institucionais e promovendo o uso estratégico dos recursos oriundos da mineração.

Iniciativas da Agenda Pública sobre mineração e desenvolvimento

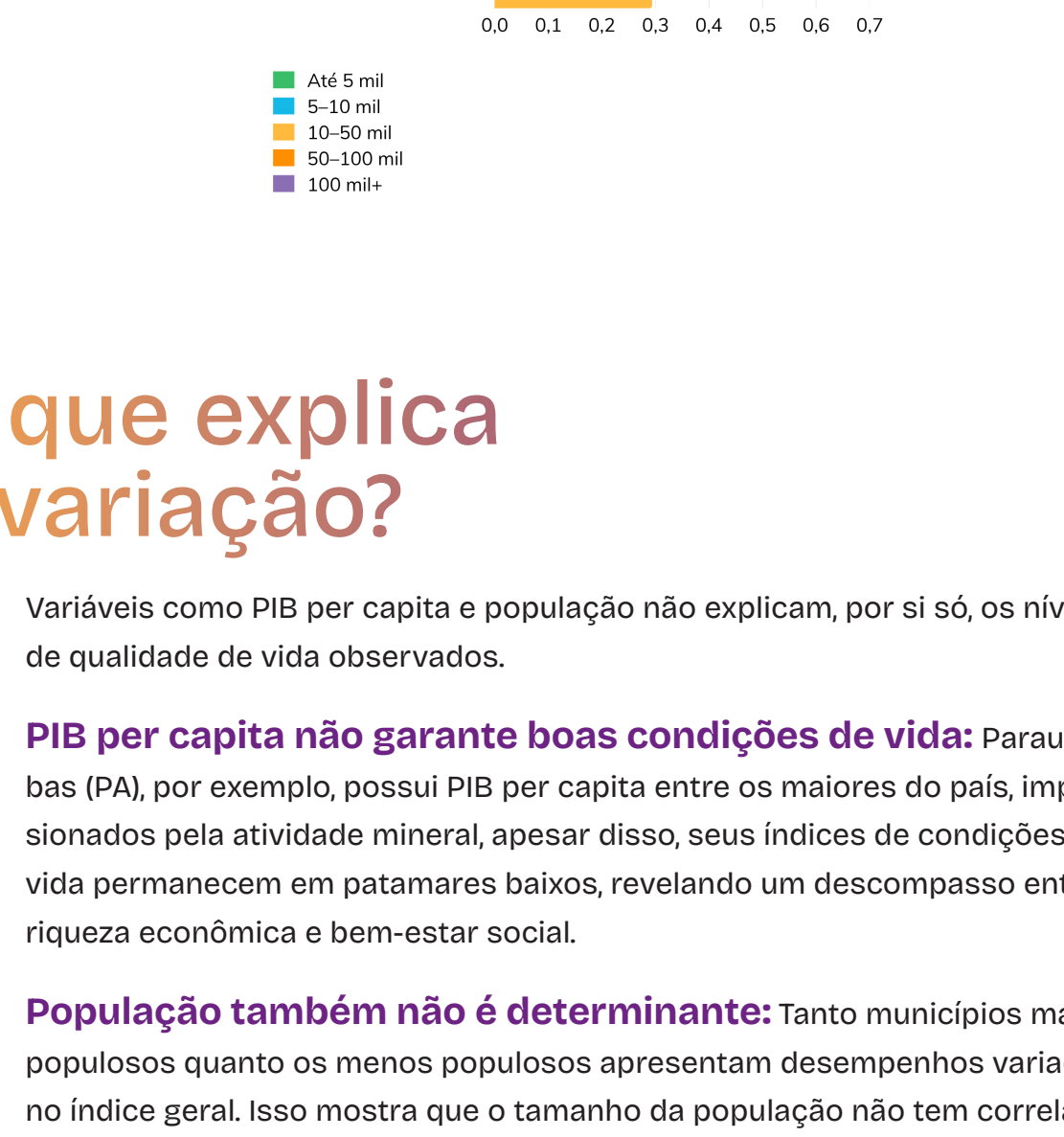


O Prêmio Municípios Mineradores faz o mapeamento, reconhecimento e premiação de resultados de boa governança em municípios com mineração.

O prêmio é destinado a municípios com mineração que tenham os maiores índices de arrecadação de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) e que possuam boa performance e qualidade na prestação de serviços públicos.

Avalia mais de 200 municípios em oito dimensões - educação, saúde, proteção social, desenvolvimento econômico, meio ambiente, finanças, infraestrutura e gestão, o prêmio é realizado bianualmente, em conjunto com o IBRAM e o Ministério de Minas e Energia.

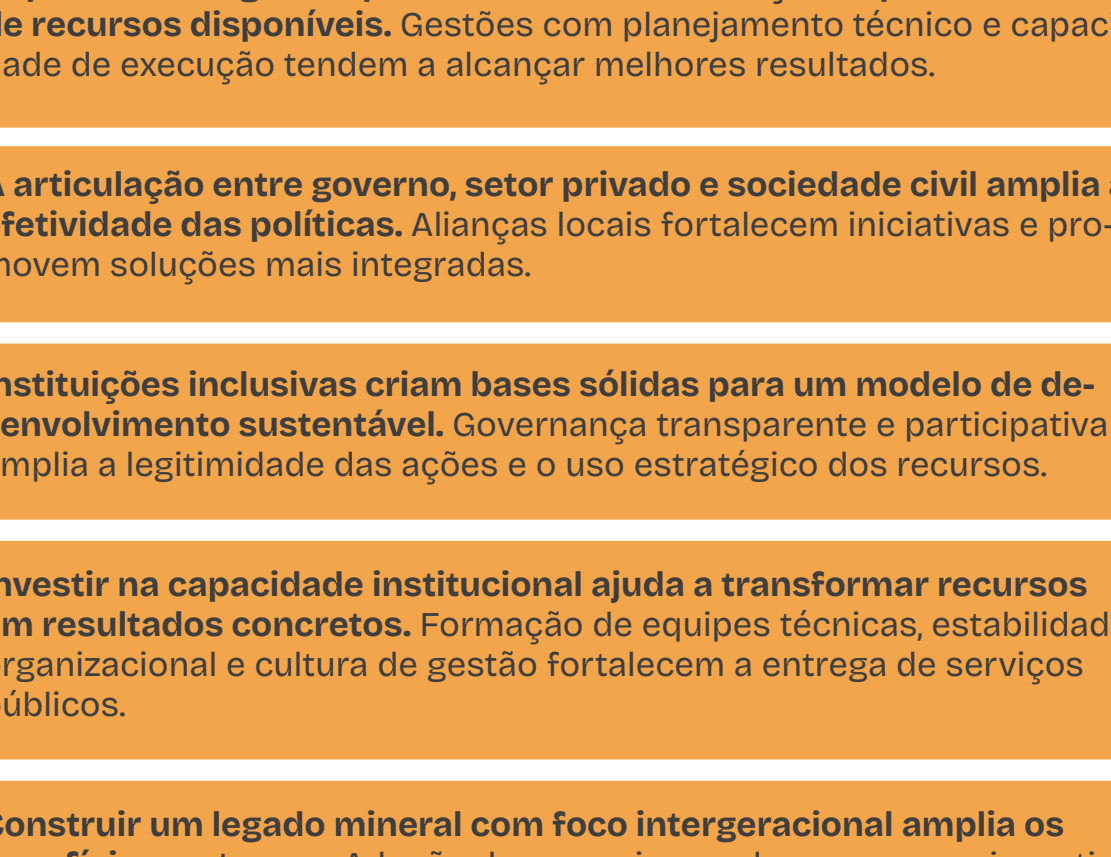
[Acesse o site.](#)



Os aprendizados identificados pelo Prêmio Municípios Mineradores servem como referência para outros municípios que buscam melhorar a qualidade da gestão pública e oferecer melhores serviços à população.

Na publicação são apresentados os indicativos de qualidade de entregas de serviços públicos dos municípios vencedores de cada categoria. O relatório aponta os destaques positivos de cada atuação, mostrando como é possível que prefeituras e empresas atuem colaborativamente para converter receitas das atividades mineradoras em bem-estar e desenvolvimento.

[Confira o documento aqui.](#)



Guia Estratégico para secretarias municipais de desenvolvimento econômico
prosperidade e inclusão em pequenos e médios municípios

O Guia foi elaborado para apoiar gestores públicos na criação e consolidação de estruturas institucionais voltadas ao crescimento local sustentável.

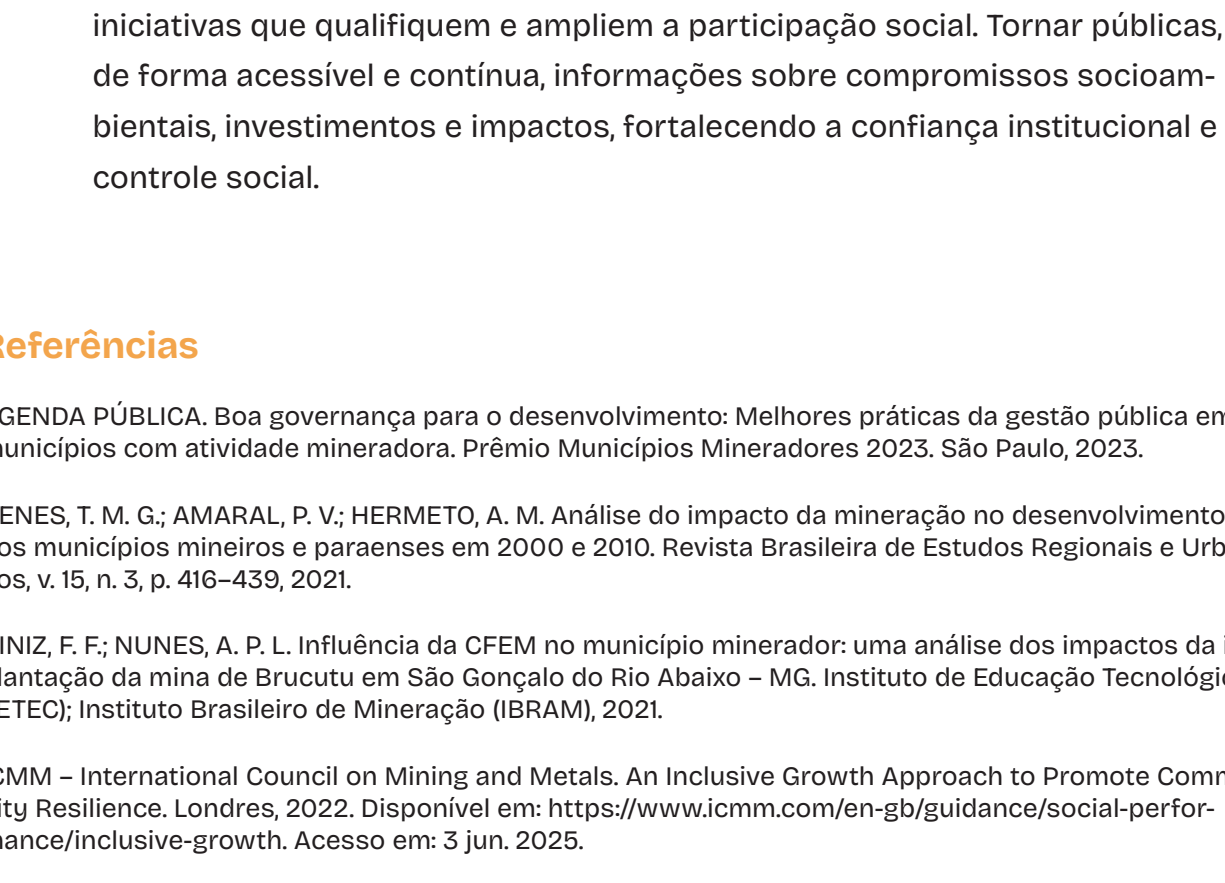
A publicação oferece orientações práticas sobre como planejar, organizar e operacionalizar secretarias que promovam inclusão produtiva, diversificação econômica e geração de oportunidades.

Voltado especialmente a pequenos e médios municípios, incluindo aqueles com forte presença da mineração, o guia propõe uma nova visão de desenvolvimento: mais integrada, participativa e baseada em vocações territoriais. Além das diretrizes operacionais, apresenta uma régua de maturidade institucional, exemplos de políticas bem-sucedidas em diversas regiões do país e caminhos para alinhar planejamento estratégico, captação de recursos e articulação intersetorial em prol de um desenvolvimento mais justo e duradouro.

[Confira o documento aqui.](#)

Sobre o Índice Condições de Vida

O **Índice Condições de Vida** foi desenvolvido para avaliar, de forma integrada, o desempenho dos municípios mineradores brasileiros em aspectos fundamentais do bem-estar social e da gestão pública. Ele é composto por oito dimensões temáticas:



Cada dimensão reúne um conjunto de variáveis específicas que refletem tanto a oferta quanto a qualidade dos serviços públicos, além de condições estruturais e institucionais nas áreas avaliadas.

Inspirado em metodologias amplamente reconhecidas, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), os resultados do Índice Condições de Vida também são apresentados em uma escala de 0 a 1. Com base nessa escala, os municípios foram classificados em cinco faixas:

- **Muito baixa condição de vida:** de 0,000 a 0,499;
- **Baixa condição de vida:** de 0,500 a 0,599;
- **Média condição de vida:** de 0,600 a 0,699;
- **Alta condição de vida:** de 0,700 a 0,799;
- **Muito alta condição de vida:** de 0,800 a 1,000.

A **Nota Metodológica completa** com todos os detalhes sobre a construção do índice, as fontes de dados utilizadas e os critérios de seleção dos municípios está disponível no [site da pesquisa](#).

Resultados

- Os 79 municípios mineradores apresentaram média geral de 0,53 no Índice de Condições de Vida (ICV), o que os posiciona predominantemente na faixa de “baixa condição de vida”, segundo a escala adotada (inspirada no IDHM).
- **A maioria dos municípios estão nas faixas “baixa” (0,500–0,599) e “muito baixa” (até 0,499). Apenas 15 municípios alcançaram a faixa “média” (0,600–0,699).** Nenhum município atingiu os níveis “alta” ou “muito alta” condição de vida.
- **Melhores e piores desempenhos individuais:** São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) lidera o ranking com índice de 0,688, seguido de Treviso (SC) com 0,687. Na outra ponta, Santa Maria das Barreiras (PA) obteve o pior resultado, com 0,29494, caracterizando-se como de “muito baixa condição de vida”.
- **Comparação com a média nacional:** ICV médio dos municípios mineradores (0,532) é praticamente igual à média nacional (0,528). Ou seja, não há distância significativa no desempenho geral entre os municípios mineradores e os demais do país.
- **Capacidades Socioambientais (saúde, educação, proteção social e meio ambiente):** Média dos mineradores: 0,526. Média nacional: 0,490. Os municípios mineradores superam levemente a média brasileira nessas dimensões.
- **Capacidades para o Desenvolvimento (finanças públicas, infraestrutura, desenvolvimento econômico e gestão):** Média dos mineradores: 0,538; Média nacional: 0,566. Os municípios mineradores apresentam desempenho inferior ao restante do país, indicando dificuldades em transformar a economia mineral em capacidade institucional e desenvolvimento sustentável.

Top 10, Média Nacional e Piores 10 Municípios — Condição de Vida

O que explica a variação?

- Variáveis como PIB per capita e população não explicam, por si só, os níveis de qualidade de vida observados.
- **PIB per capita não garante boas condições de vida:** Parauapebas (PA), por exemplo, possui PIB per capita entre os maiores do país, impulsionados pela atividade mineral, apesar disso, seus índices de condições de vida permanecem em patamares baixos, revelando um descompasso entre riqueza econômica e bem-estar social.
- **População também não é determinante:** Tanto municípios mais populosos quanto os menos populosos apresentam desempenhos variados no índice geral. Isso mostra que o tamanho da população não tem correlação clara com os resultados de qualidade de vida.
- **A explicação está nas instituições e na oferta de serviços públicos:** A literatura sobre desenvolvimento é clara ao apontar que os fatores mais determinantes para o avanço social são a qualidade da governança, a capacidade institucional e a eficiência na oferta de serviços públicos básicos, como saúde, educação, saneamento, mobilidade e proteção social.
- **Resultados reforçam evidências anteriores:** Estudos como os de Diniz e Nunes (2021), Rodrigues et al. (2016) e Denes, Amaral e Hermeto (2021) destacam que a arrecadação gerada pela mineração pode ser uma oportunidade, mas os impactos positivos dependem diretamente da capacidade de gestão local e de estratégias bem definidas de investimento público em longo prazo.
- Municípios de Minas Gerais, por exemplo, com estruturas institucionais mais consolidadas, têm conseguido resultados melhores quando comparados a outras localidades, apesar de condições econômicas semelhantes. Isso ilustra o papel fundamental das instituições na transformação da renda mineral em desenvolvimento.

Recomendações para Políticas Públicas

- **Transformar arrecadação em desenvolvimento passa por visão de longo prazo e instituições públicas fortalecidas.** Focar em investimentos estruturantes e planejamento contínuo amplia o impacto social da renda mineral.
- **Evitar decisões orientadas por interesses imediatos contribui para fortalecer a resiliência fiscal e social.** Iniciativas motivadas por pressões de grupos de interesse restritos tendem a comprometer trajetórias de desenvolvimento mais estáveis e sustentáveis.
- **A qualidade da gestão pública faz mais diferença do que o volume de recursos disponíveis.** Gestões com planejamento técnico e capacidade de execução tendem a alcançar melhores resultados.
- **A articulação entre governo, setor privado e sociedade amplia a efetividade das políticas.** Alianças locais fortalecem iniciativas e promovem soluções mais integradas.
- **Instituições inclusivas criam bases sólidas para um modelo de desenvolvimento sustentável.** Governança transparente e participativa amplia a legitimidade das ações e o uso estratégico dos recursos.
- **Investir na capacidade institucional ajuda a transformar recursos em resultados concretos.** Formação de equipes técnicas, estabilidade organizacional e cultura de gestão fortalecem a entrega de serviços públicos.
- **Construir um legado mineral com foco intergeracional amplia os benefícios no tempo.** Adoção de mecanismos de poupança e investimentos sustentáveis prepara os municípios para o pós-mineração.
- **Avançar na diversificação econômica reduz vulnerabilidades e amplia oportunidades.** A valorização das vocações locais contribui para modelos econômicos mais resilientes.
- **Planejamento integrado favorece uma atuação pública mais coordenada e eficiente.** Alinhamento entre setores como educação, infraestrutura e desenvolvimento regional qualifica as políticas.
- **Ampliar a participação social e a transparência fortalece a governança e a confiança institucional.** Mecanismos abertos de escuta e monitoramento geram políticas mais aderentes às realidades locais.

Recomendações para empresas de mineração

Reconhecendo que a mineração é central na cultura e economia dos municípios avaliados, influenciando profundamente suas dinâmicas locais, empresas do setor podem participar de forma estratégica no desenvolvimento territorial, criando oportunidades e gerando valor local, ao mesmo tempo em que promovem ganhos em seus próprios indicadores de risco, operacionais, de governança e desempenho socioambiental.

Como parceira dos municípios, empresas podem investir em dimensões-chave para o desenvolvimento local e geração de valor compartilhado. Abaixo, algumas recomendações:

- **Apoiar a qualificação da gestão pública local:** Contribuir com a formação técnica de equipes municipais, promovendo intercâmbio de experiências, inovações sociais, compartilhamento de informações e iniciativas voltadas ao fortalecimento do planejamento público, especialmente em temas como desenvolvimento territorial, uso do solo e infraestrutura social.
- **Contribuir com melhorias na infraestrutura social e ambiental:** Cooperar com prefeituras na criação de estruturas locais capazes de atrair investimentos públicos e privados para projetos prioritários, como saneamento, acesso à água, mobilidade e gestão ambiental, em alinhamento com as políticas públicas existentes.
- **Estimular a formação e a empregabilidade da população local:** Investir em programas de qualificação profissional com foco em jovens, mulheres e grupos em situação de vulnerabilidade, ampliando a inclusão produtiva e a conexão com oportunidades do território e da cadeia de valor da mineração.
- **Fomentar a diversificação econômica e o desenvolvimento rural:** Apoiar cadeias produtivas urbanas e rurais por meio de compras regionais, qualificação de fornecedores, incentivo ao cooperativismo e acesso a crédito, contribuindo para reduzir a dependência da mineração e ampliar a base econômica local.
- **Fortalecer o diálogo e a articulação territorial:** Participar de espaços de governança locais, como conselhos e fóruns multissetoriais, colaborando na construção de agendas pactadas de desenvolvimento e na articulação entre iniciativas empresariais e públicos em curso.
- **Promover a transparência e o acesso à informação:** Apoiar iniciativas que qualifiquem e ampliem a participação social. Tornar públicas, de forma acessível e contínua, informações sobre compromissos socioambientais, investimentos e impactos, fortalecendo a confiança institucional e o controle social.

Referências

AGENDA PÚBLICA. Boa governança para o desenvolvimento: Melhores práticas da gestão pública em municípios com atividade mineradora. Prêmio Municípios Mineradores 2023. São Paulo, 2023.

DENES, T. M. G.; AMARAL, P. V.; HERMETO, A. M. Análise do impacto da mineração no desenvolvimento dos municípios mineiros e paraenses em 2000 e 2010. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 15, n. 3, p. 416–439, 2021.

DINIZ, F. F.; NUNES, A. P. L. Influência da CFEM no município minerador: uma análise dos impactos da implantação da mina de Brucutu em São Gonçalo do Rio Abaixo – MG. Instituto de Educação Tecnológica (IETEC). Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), 2021.

ICMM – International Council on Mining and Metals. An Inclusive Growth Approach to Promote Community Resilience. Londres, 2022. Disponível em: <https://www.icmm.com/en-gb/guidance/social-performance/inclusive-growth>. Acesso em: 3 jun. 2025.

OECD. Toolkit to Measure Well-being in Mining Regions. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://oecd-main.shinyapps.io/mining-regions-wellbeing/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

OLIVEIRA, M. J. Mineração e desenvolvimento local: benefícios e desafios aos municípios amapaenses. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2011.

RODRIGUES, E. A. M.; MOREIRA, M. A. M.; COLARES, R. D. Avaliação da eficiência da aplicação dos royalties da mineração no desenvolvimento social dos municípios mineiros. Revista Ambiente Contábil, v. 8, n. 2, p. 173–189, 2016.

RODRIGUES, L. P. Mineração em Minas Gerais: uma análise multidimensional dos municípios afetados pela atividade minerária. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Econômica) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2021.

FICHA TÉCNICA

Coordenação de pesquisa: **Sergio Andrade**
Análise de dados: **Arthur Santos Lira**
Data visualização: **Arthur Santos Lira e Gustavo Oliveira**
Revisão técnica: **Marcelo Mosaner e Sergio Andrade**
Site e design: **Tiago Rocha**
Comunicação: **Victor Resende**
Assessoria de Imprensa: **Vira Comunicação**

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO

